

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

O Socialismo do século XXI e a Integração sul-americana: caminhos possíveis.

Por Rafael Araujo¹

Introdução

A eleição de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela em 1998, a chegada de Evo Morales ao executivo boliviano em 2006 e os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) na Argentina e Lula da Silva (2003-2010) no Brasil propiciaram um novo caminho para a integração sul-americana. O fortalecimento do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e a criação da Unasul (União das Nações sul-americanas), potencializaram a união dos povos do sul do continente americano, freando a adesão a modelos de associação continental geradores de dependência econômica aos EUA, como os TLC's (Tratados de livre-comércio) ou a Alca (Área de livre comércio das Américas).

O dinâmico processo de união das nações sul-americanas vem gerando no interior de movimentos sociais e partidários fortes debates sobre os caminhos a serem seguidos para uma verdadeira união dos povos do sul. Na Venezuela e Bolívia, encontramos os polos mais vivos deste debate. Intensas discussões são realizadas sobre os caminhos a serem seguidos para a união regional. Os bolivarianistas na Venezuela e os indigenistas na Bolívia apresentam modelagens de integração baseados não apenas em fatores econômicos ou políticos, mas também sociais e culturais. Nos dois processos, há o resgate do passado de lutas contra o colonizador espanhol para justificar as tipologias de união da América do Sul apresentadas.

Em paralelo às análises sobre os caminhos a serem seguidos para a integração regional, encontramos nesses dois países proposições de um novo socialismo, o chamado socialismo do século XXI. Fundamentado na radicalização da democracia (denominada de democracia participativa), no fortalecimento do Estado, numa retórica nacionalista e na realização de políticas sociais, este novo socialismo faz

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente/UFRJ e Professor de História do Brasil e da América da Unilasalle.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

parte dos discursos políticos das lideranças governamentais, dos movimentos sociais e partidários da Venezuela e Bolívia.

Debateremos nesse trabalho elementos teóricos do socialismo do século XXI e as propostas de integração da América do Sul desenvolvidas por bolivarianistas e indigenistas nos governos da Venezuela e Bolívia.

As esquerdas e a teoria da dependência.

A América do Sul iniciou o século XXI em convulsão. A repulsa às consequências socioeconômicas da globalização e do neoliberalismo levou à emanção de diversos projetos políticos com viés nacionalista e de esquerda. Nesse sentido, a exceção da Colômbia – em virtude dos dois governos do direitista Álvaro Uribe (2002-2010) e Peru – comandado por dois presidentes de centro, Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan Garcia (2006-...), os demais países da região foram liderados por governos progressistas e de esquerda que buscaram, em graus e caminhos variados, o fortalecimento dos instrumentos de união sul-americana.

Nesse sentido, nos deparamos na Bolívia e Venezuela com projetos políticos que vem desenvolvendo propostas de integração que não são restritas aos foros oficiais dos governos. Há amplos debates na sociedade civil sobre os caminhos a serem trilhados para a união regional. Na Bolívia, por exemplo, os movimentos indígenas apresentam um tipo de integração que nega a organização estatal, associada às elites *criollas*, e propõe uma integração que resgate do Tawantinsuyo incaico. Por outro lado, encontramos na Venezuela o resgate dos *criollos* como guias da integração, a partir da utilização sistemática da utilização da imagem e das propostas de integração continental das ex-colônias da América Espanhola impulsionadas por Simón Bolívar (1783-1830).

Agora, por mais que apresentem caminhos distintos para a união regional, os bolivarianistas e indigenistas almejam com suas propostas romper a dependência econômica sul-americana em relação às centros econômicos capitalistas. Assim, reavivam os debates da teoria da dependência e da desigual relação centro-periferia, que estiveram esquecidos durante a década de 1990.

A implantação do neoliberalismo, impulsionado com o denominado pelos movimentos sociais e partidos de esquerda como Consenso de Washington²,

² O Consenso de Washington, elaborado pelos norte-americanos e aliados, buscou introduzir o neoliberalismo em nível global. Foi apresentado como a solução para as mazelas econômicas do Terceiro Mundo e dos ex-estados socialistas. Abarcou os seguintes pontos: I – política fiscal: cortes radicais nos gastos correntes (notadamente em salários, gastos sociais e subsídios diversos) e no investimento público; poucas alterações na tributação em face da restrição da demanda; II – política monetária: conter drasticamente a expansão dos meios de pagamento, do crédito interno e elevação das taxas de juros reais; III – política salarial: contenção dos reajustamentos e queda do salário real; IV - política cambial e de comércio exterior: desvalorização do câmbio, incentivos às exportações e restrições às importações.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

contribuiu para que os sul-americanos elevassem o seu papel enquanto fornecedores de matérias-primas e compradores de produtos industrializados e/ou tecnologias.

Como afirmado por Wallerstein, o Consenso de Washington inverteu as lógicas do desenvolvimento. O fomento à industrialização foi posto de lado, o Estado foi visto como um empecilho ao crescimento econômico - legitimando privatizações e predomínio das regras de mercado - e os gastos sociais foram diminuídos. Essas medidas foram sustentadas pelo FMI (Fundo Monetário Internacional), que para conceder empréstimos às nações periféricas, exigia que tais medidas (parte de um propagado "ajuste estrutural"), fossem postas em prática. (WALLERSTEIN, 2009, p. 62-64)

Neste sentido, os novos projetos políticos na Bolívia e Venezuela nasceram com o objetivo de superar os anos neoliberais. A nacionalização dos recursos naturais e das empresas públicas privatizadas consistiu no elemento fundamental para os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda dos dois países.

O argumento central para a nacionalização das matérias-primas residiu na necessidade de quebrar a dependência econômica e propiciar os volumes financeiros necessários para os investimentos públicos em infraestrutura, habitação, saúde e educação, além de possibilitar os recursos para projetos de industrialização e mesmo para a integração, por exemplo, a diplomacia dos petrodólares de Hugo Chávez.

Ao se afastarem dos dogmas neoliberais e apresentarem novas perspectivas econômicas e de integração das nações sul-americanas, venezuelanos e bolivianos resgataram os debates acerca da teoria da dependência. A necessidade de criação de um novo modelo de desenvolvimento econômico que seja inclusivo socialmente e quebre a dependência financeira e tecnológico das nações centrais do capitalismo reavivaram os debates sobre a relação centro-periferia e a necessidade de quebrar a influência imperialista na América do Sul.

Devemos compreender que a posição da América do Sul na periferia do sistema capitalista decorre do desenvolvimento histórico do capitalismo. Durante a fase mercantilista, fomos fornecedores de matérias-primas e "fiéis compradores" das manufaturas europeias, impostas pelo pacto colonial. No século XIX, após as independências, nos inserimos na nascente DIT (Divisão Internacional do Trabalho), fomentada pelo capitalismo industrial, como fornecedores de matérias-primas, mantendo desta forma, uma inserção internacional semelhante a do período colonial.

Com a monopolização do capitalismo industrial e financeiro e o desenvolvimento do imperialismo ao final dos séculos XIX e início do XX, nos posicionamos como áreas receptoras de investimentos financeiros externos, direcionados para linhas férreas, iluminação, etc. e continuamos a manter a estrutura agro-mineira exportadora, posteriormente incrementada com a exportação de petróleo e demais hidrocarbonetos durante o século XX.

O momento onde tivemos um ciclo de relativa euforia com a possibilidade de independência econômica coincidiu com a ascensão dos governos nacional-desenvolvimentistas (e aqui discordamos da validação do conceito de populismo³). Foi um período de industrialização e reformas econômicas de caráter nacionalista, em

³ Para o aprofundamento deste debate sobre os debates do populismo e do nacional-desenvolvimentismo, ver: FERREIRA, Jorge. O populismo e a sua história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001 e IANNI, Octávio. A Formação do Estado Populista na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

que pese às contradições repudiáveis de tais processos, como as ditaduras, conseguimos desenvolver um conjunto de reformas econômicas que diminuiram a nossa dependência em relação ao centro do capitalismo.

As medidas econômicas dos governos nacional-desenvolvimentistas influenciaram amplos debates na Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e um conjunto de obras sobre a teoria da dependência. A Cepal ao longo das cinco décadas de sua existência buscou apontar caminhos para o crescimento econômico regional e a diminuição da pobreza, sempre com a perspectiva do desenvolvimento capitalista autônomo. Podemos dividir os elementos compositores da Cepal da seguinte forma⁴:

- 1ª fase (1948-1960): industrialização – inserção internacional centro/periferia e vulnerabilidade externa.
- 2ª fase (1960): reforma – deterioração dos termos de intercâmbio; desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; integração regional.
- 3ª fase (1970): estilos de crescimento – dependência, endividamento perigoso e insuficiência exportadora.
- 4ª fase (1980): dívida – asfixia financeira.
- 5ª fase (1990-1998): transformação produtiva com equidade – especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais.

Neste caminho, a Cepal buscou, como afirmado por Celso Furtado, compreender o subdesenvolvimento “(...) não por uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas (...)”⁵.

Além da perspectiva cepalina de saída do subdesenvolvimento apontada acima, devemos resgatar, em perspectiva contrastante ao desenvolvimento industrial cepalino, as discussões sobre a relação centro-periferia trazidas por Theotonio dos Santos. Em seu livro *Imperialismo y dependência* há uma análise dos elementos causadores da dependência sul-americana, que em linhas gerais é alavancado pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

Segundo Theotonio dos Santos, a América do Sul se inseriu no cenário externo como uma área fornecedora de recursos naturais para os países centrais do capitalismo e como uma região receptora do seu capital financeiro. Isso propiciou um maior controle e a monopolização das áreas receptoras de investimentos externos pelos seus credores. Ademais, a desigualdade na balança comercial (importação de tecnologia x exportação de matérias-primas) e a incipiente interferência estatal na economia, possibilitou a ampliação da dependência externa.

A teoria imperialista é um aspecto fundamental para Theotonio dos Santos, pois para ele o subdesenvolvimento da periferia está ligado à exploração/expropriação realizada pelas nações do centro do capitalismo sobre a periferia, via exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra. Tais aspectos, segundo ele, são fomentados pelas burguesias nacionais, submissas ao imperialismo das nações centrais. Não há nas burguesias periféricas um projeto nacionalista e autônomo de desenvolvimento.

Perante os debates apresentados sobre a teoria da dependência e as perspectivas de rupturas com o subdesenvolvimento apontadas pela Cepal e por Theotonio dos Santos, apontamos alguns elementos que cremos serem centrais para autonomia política e econômica da América do Sul, bem como para o desenvolvimento social. São eles: os investimentos na educação e no desenvolvimento tecnológico; a integração regional (fomentador da autonomia política, militar, cultural e econômica) e a estatização dos recursos naturais.

Os bolivarianistas e os indigenistas e os possíveis caminhos da integração.

Os debates sobre os caminhos a serem seguidos para a soberania sul-americana são fortes na Venezuela e Bolívia. Há duas perspectivas de integração e ruptura com a dependência apresentada pelos governos de ambas as nações, bem como pelos seus movimentos sociais: a bolivarianistas e a indigenistas. Estes acreditam

⁴ Sobre as fases de desenvolvimento da Cepal, ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. Cinquenta anos de pensamento da Cepal. São Paulo-Rio de Janeiro, Record, 2000.

⁵ Celso FURTADO. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, 1961, Texto 5.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

que a ruptura com o imperialismo e o fim da exclusão dos autóctones ocorrerá com a reconstrução do Tawantinsuyo (nome Quéchuá do Império Inca). Aqueles creem numa união dos Estados sul-americanos baseada em laços de unidade política, solidariedade e auxílio econômico. O passado de luta anticolonial e a unidade continental proposta Bolívar sustentam suas expectativas integracionistas.

Para os indigenistas, seu modelo ideal de integração é baseado na reconstrução do Tawantinsuyo. Assim, os movimentos sociais indígenas apresentam um tipo de integração baseado na história e na cultura tradicional dos povos autóctones. Para eles, a edificação do incaico promoveria o fim da hegemonia dos descendentes de *criollos* e permitiria a edificação de uma integração baseada nos valores e tradições das distintas nacionalidades indígenas.

Para os indigenistas, o trabalho comunitário, o resgate da memória de luta dos descendentes autóctones contra a colonização espanhola, como Tupac Amaru II, Manco Inca e Bartolina Sisa; a valorização da deusa Pachamama (a mãe terra), símbolo da fertilidade e da vida; a afirmação da folha de coca como um aspecto inerente à cultura indígena; a aplicação na política das consignas indígenas *Ama Sua, Ama Llulla e Ama Q'uella* (não mentir, não roubar e não ser ocioso) seriam valores a serem resgatados para uma nova integração, baseada em laços comunitários e culturais, que negam as repúblicas nascidas após a colonização.

Já os bolivarianistas acreditam que a integração deve se nortear pela construção da soberania política e econômica. Para a conquista desta meta, há o resgate da memória de lutas contra o colonizador espanhol, com as imagens de Simón Bolívar, Simon Rodrigues, Miranda, José Martí, entre outros, sendo utilizadas como legitimadoras da luta contra o imperialismo e justificadoras da união dos povos do sul. O modelo de integração é baseado em laços de solidariedade e no fortalecimento das economias regionais. Nesse sentido, a cooperação e a solução conjunta de demandas comuns devem ser buscadas constantemente.

Assim, enquanto na Bolívia há uma disputa entre governo e movimentos sociais sobre os caminhos a serem seguidos para a integração regional, visto que o seu modelo de resgate do Tawantinsuyo não é o reivindicado pelo governo Evo Morales, na Venezuela a disputa se encontra entre governo e oposição, pois os laços de solidariedade e cooperação com a América do Sul de Hugo Chávez, não coadunam com os desejos de vinculação aos EUA ansiados pela classe média, burguesia e latifundiários do país.

Assim, almejamos nessa parte do trabalho apresentar alguns debates presentes na América do Sul sobre os caminhos a serem seguidos pela integração regional. Na segunda parte desse texto, discutiremos alguns elementos teóricos do socialismo do século XXI, que inegavelmente interferem na própria dinâmica da integração regional.

2 - O socialismo do século XXI

A dicotomia socialismo ou barbárie voltou a ser discutida na América do Sul no início do século XXI. Após duas décadas de hegemonia do neoliberalismo, presenciamos movimentos sociais, partidos políticos e governos de esquerda que apresentam este novo socialismo como uma alternativa para os povos da região.

Evo Morales e Hugo Chávez podem ser considerados vanguardas dessa nova esquerda sul-americana. O primeiro trouxe consigo atores sociais desconsiderados como revolucionários por uma esquerda ortodoxa que enxergava apenas na classe operária o agente fundamental da transformação radical. Indígenas e camponeses são protagonistas e sustentadores da *revolução democrática e cultural* da Bolívia, liderando o processo de mudanças num país em que mais de 70% da população se reivindica descendente de indígenas e mantêm práticas culturais autóctones. Prova disso foi o fato de antes da posse oficial como presidente boliviano, Evo Morales ter sido investido mandatário em Tiwanaku, centro arqueológico e histórico para os

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

indígenas distante cerca de 70 Km de La Paz, num ritual marcado pela evocação da ancestralidade e das raízes autóctones.⁶

Já Hugo Chávez foi o pioneiro na proposição do novo socialismo. A Venezuela se apresentou como vanguarda de sua construção. Segundo Haiman El Troudi o nascente socialismo deve evitar armadilhas presentes em experiências socialistas anteriores, tais como: “capitalismo de estado, populismo, messianismo, estadismo, armamentismo, ateísmo, unipartidarismo, totalitarismo, cópia de modelos, a prática excessiva do centralismo democrático e a auspiciante divisão entre dirigentes e dirigidos⁷”.

O socialismo do século XXI tem um viés antineoliberal e anti-imperialista⁸. O Estado consiste num ator central. A nacionalização dos recursos naturais, o combate às desigualdades sociais e as obras de infraestrutura contam com a participação preponderante do executivo.

No novo socialismo, a participação dos indivíduos nas decisões mais importantes e estratégicas dos rumos econômicos consiste em aspecto essencial. Referendos e plebiscitos apresentam-se enquanto ferramentas para a democratização das decisões macroeconômicas. Segundo um dos mais destacados pensadores do novo socialismo, Heinz D. Steffan:

No que se refere à democratização da economia, por exemplo, é necessário lutar pelo controle das maiorias sobre as decisões macroeconômicas mais significativas da produção, distribuição e redistribuição do produto e *plusproduto* social. A inversão é a variável estratégica de qualquer sistema econômico capitalista, não somente no que se refere ao poder político-social que outorga, mas também em quanto ao nível de vida e seguridade social das maiorias. Por outro lado, as áreas de inversão prioritárias e a proporção respectiva do PIB, destinada a elas, hão de decidir-se por referendo, tanto nos setores privados como nos estatais da economia nacional. O mesmo é válido para o pressuposto nacional que deve ratificar-se cada ano por plebiscito, depois de seu debate público. (STEFFAN, 2005, p. 59). *Tradução do autor.*

O novo socialismo também prevê incentivos às pequenas e médias empresas, vistas como fundamentais devido à geração de emprego e por ser ponto de partida

⁶ Evo Morales toma banho de energia antes da posse. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060121_boliviaritualmb.shtml. Acesso 25 Jan. 2006.

⁷ TROUDI, Haiman. Nos invitaron a debatir sobre el Socialismo del siglo XXI, debate 3: preguntas y respuestas acerca del Socialismo del Siglo XXI. Caracas, 2006. p. 11. Disponível em: http://www.haiman.com.ve/Archivos/Debate%203%20Preguntas%20y%20respuestas%20acerca%20del%20Socialismo%20del%20Siglo%20XXI%20_Haiman%20El%20Troudi_.pdf. Acesso 16 Jul. 2007.

⁸ O conceito de “frente antiimperialista” originou-se a partir das “Teses do Oriente” votada na III Internacional Comunista em 1922. Ela objetivava orientar os partidos comunistas e os operários a apoiarem os movimentos nacionalistas e anticoloniais que se desenvolviam nas colônias européias no pós 1º Guerra Mundial, que almejavam a independência e a luta contra a opressão política e econômica do imperialismo.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

para a inovação tecnológica. Ademais, a formação de cooperativas e a consolidação de empresas estatais em áreas estratégicas (exploração de matérias-primas, geração de energia elétrica e nuclear, comunicações, etc.) fazem parte desse projeto.

Outro elemento importante da construção do novo socialismo reside na concepção da economia mista, com as chamadas EPS (Empresas de Produção Social). Estas preveem parcerias entre governos, empresários e as comunidades locais para a construção de um alternativo modelo econômica. Há em suas características:

(...) na propriedade social dos meios estratégicos de produção em mãos do Estado; em todas as demais áreas poderá haver propriedade privada (individual ou coletiva) em mãos de particulares; e uma gestão popular direta sobre a propriedade social, assumida por uma comunidade a instâncias de organizações criadas para tal fim (...) As Empresas de Produção Social, isto é, quando a atividade privada contribui responsavelmente com a soberania produtiva nacional, cumpre com um conjunto de pré-requisitos dispostos pelo Estado, e nessa medida pode ascender a incentivos que este oferece: incentivos fiscais, compras estatais, financiamento, maquinaria, etc. (TROUDI, 2006, p. 3-4).
Tradução do autor.

Dessa maneira, as Empresas de Produção Social se constituem em um dos pilares para a transição ao socialismo do século XXI, pois apresentam um modelo distinto de propriedade, em que há participação popular em sua gestão e não prevalece apenas a busca incessante por lucro. Ademais, há interferência direta do Estado nas prioridades produtivas a serem buscadas.

As cooperativas também constituem um modo de organização da produção alternativo à propriedade privada, em virtude da posse coletividade. Sua direção é exercida pelo conjunto dos trabalhadores cooperativados. A participação coletiva na tomada de decisões, o direcionamento da produção ocorre pelas demandas comunitárias e os controles sociais consistem em aspectos a serem explorados em sociedades que propõe a edificação de um novo socialismo.

Na Venezuela, o Estado incentiva a formação das EPS e cooperativas que substituam empresas privadas. No entanto, ocorrem contradições no interior da *revolução bolivariana* que freiam suas constituições e do próprio socialismo do século XXI. Há um constante processo de corrupção e burocratização com o surgimento de uma *boliburguesia*, reivindicadora do processo hodierno de mudanças com o intuito de verem atingidos os seus interesses particulares e muitas vezes o enriquecimento ilícito⁹.

Já na Bolívia, as discussões sobre o novo socialismo perpassam pela construção do capitalismo andino-amazônico. Há uma forte intervenção estatal na economia e o desenvolvimento deste tipo de capitalismo, transitório ao novo

⁹ *Ese negro e' mierda*. Disponível em: <http://www.aporrea.org/actualidad/a47131.html>. Acesso 12 Fev. 2008.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

socialismo, ocorre a partir da junção dos incentivos à industrialização e o fomento das propriedades comunitárias¹⁰. O comunitarismo e o cooperativismo são marcas do capitalismo andino-amazônico que a ligam ao novo socialismo.

A democracia participativa e o socialismo do século XXI.

A democracia está consolidada na América do Sul. Aproximadamente 60%¹¹ dos sul-americanos a enxergam como o melhor dos regimes políticos. No entanto, contradições inerentes as nossas democracias ao longo da década de 1990, como pactos e discursos políticos que igualaram a maioria dos partidos políticos, a ocorrência da corrupção e as dificuldades socioeconômicas, contribuíram para que em algumas nações sul-americanas houvesse contestações ao modelo representativo de democracia, com a democracia participativa aparecendo, junto ao novo socialismo, como alternativa..

A consolidação do sistema democrático na América do Sul, após os ciclos de ditaduras, caminhou em conjunto com o aumento da exploração capitalista e o beneficiamento de um reduzido número de abastados. Segundo Atílio Boron:

(...) os cidadãos de nossas democracias se viram perante uma situação paradoxal: enquanto que no 'céu' ideológico do novo capitalismo democrático se exaltava a soberania popular e o amplo repertório de direitos consagrados constitucionalmente, na prosaica 'terra' do mercado da sociedade civil os cidadãos eram despojados continuamente desses direitos por meio de cruéis e acelerados processos de 'descidadinização' que os marginavam e excluíam dos benefícios do progresso econômico e da democracia. (BORON, 2004, p. 31)
Tradução do autor.

Nas democracias sul-americanas, o interesse mercadológico impôs-se sobre garantias sociais. Construimos regimes que garantiram uma *cidadania restrita*, com as populações tendo o direito ao voto e garantias constitucionais, mas sendo na grande maioria dos casos privadas de emprego, renda e moradia, convivendo em situações penosas de vida. A democracia passou a ser vista como beneficiadora dos ricos pelos mais pobres e o parlamento, como a casa dos acordos partidários afastados dos interesses populares. Segundo Steffan:

Na realidade, os parlamentares e senadores não representam àqueles que lhes deram o mandato. Eleitos para servir o povo, somente servem a dois amos: as elites e a seus próprios interesses. Com frequência, a representatividade dos governos não cumpre o aspecto formal (...) Entre os partidos do parlamento

¹⁰ Ver: LINERA, Alvaro Garcia. *El "capitalismo andino-amazónico"*. Disponível em: <http://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html> Acesso: Fev/2006.

¹¹ Informe Latinobarómetro 2008. Disponível em: www.latinobarometro.org. Acesso 02 Jan. 2009.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

moderno, o lugar do argumento foi usurpado pelo frio cálculo de interesses e oportunidades de poder, enquanto que no trato com as massas domina a manipulação, mediante a 'manufatura de consensos'. A 'casa do povo', o parlamento, não é o lugar da verdade emergente, mas sim do mercado, onde se negocia a repartição do poder e da riqueza social entre as frações da elite. Noções fundamentais como o 'governo pela discussão'; a responsabilidade primária do deputado e funcionário ante a população – não ante seu partido, o *Wall Street* -, a ausência de segredos de Estado, etc., aparecem hoje em dia somente como reminiscências românticas e letra morta do passado; desligadas totalmente da *práxis* da *res publica*. Na democracia realmente existente rege, dentro do parlamento, a partidocracia e a corrupção, fora, a fabricação do consenso pelos oligopólios transnacionais de doutrinação massiva. (STEFFAN, 2005, p. 26). *Tradução do autor.*

Nesse sentido, os sistemas democráticos paulatinamente deixarem de lado as discussões ideológicas e programáticas, priorizando consensos políticos justificados sob o argumento da estabilidade política. O marketing eleitoral e os discursos vazios e rebuscados passaram a ter mais influência na política do que o debate de ideias, contribuindo para a apatia e indiferença política de frações populares em relação à democracia e às instituições republicanas.

Na América do Sul, os projetos políticos liderados por Hugo Chávez e Evo Morales buscaram superar a democracia representativa a partir da implantação da democracia participativa, vista como fundamental para a consolidação nos dois países do novo socialismo. A participação popular é primordial nesse modelo de democracia. Por isso, há a utilização de referendos, plebiscitos e assembleias públicas como instrumentos da *práxis* política.

Na Venezuela, por exemplo, os artigos 62 e 184 da constituição preveem a participação popular nas decisões sobre assuntos públicos de interesse nacional. O artigo 71 dispõe sobre a possibilidade de projetos serem submetidos à consulta popular caso 10% dos eleitores deem sustentação. O artigo 184 prevê que associações de moradores e demais entidades comunitárias, tomarão a frente em projetos realizados pelo poder público em sua localidade. Pressupõe-se igualmente, que os municípios e estados são obrigados a executar projetos comunitários caso esses sejam positivos no dia-a-dia da comunidade. Em seu artigo 72, existe a possibilidade de revogação de qualquer magistratura conquistada pelo voto popular. Para isso, necessita-se do apoio de 25% dos eleitores e os legisladores ou executores terão que ter exercido metade do período total previsto para o cargo ao qual foi eleito.

A nova Carta Magna boliviana aprovada em 25 de Janeiro de 2009 também apresenta elementos participativos, propiciando à população a possibilidade de ser consultada em questões importantes do país, como revogabilidade de mandatos e a realização de referendos e plebiscitos sobre a área econômica. Ocorre, igualmente, a probabilidade das comunidades indígenas decidirem sobre a utilização dos recursos

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

naturais de suas terras autonomamente e o acesso das comunidades a Assembleia Federal, agora plurinacional, foi garantido.

A participação popular é vista como fundamental na construção do socialismo do século XXI. Sua importância deriva do fato dos novos movimentos políticos de esquerda buscarem a não repetição da burocratização e do autoritarismo ocorridos em experiências comunistas anteriores, como a cubana ou a soviética.

Apresentamos nesse trabalho algumas reflexões sobre os caminhos da integração regional e da construção do novo socialismo. Tomamos como centros de análises a Venezuela e Bolívia, pois ambos constituem os polos mais dinâmicos e pulsantes desses debates. Expressamos reflexões sobre estes dois temas, tão fundamentais para pensarmos o futuro da América do Sul nesse século XXI.

Fontes

Ese negro e' mierda. Disponível em: <http://www.aporrea.org/actualidad/a47131.html>. Acesso 12 Fev. 2008.

Evo Morales toma banho de energia antes da posse. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/01/060121_boliviaritualmb.shtml. Acesso 25 Jan. 2006.

Informe Latinobarómetro 2008. Disponível em: www.latinobarometro.org. Acesso 02 Jan. 2009.

LINERA, Alvaro Garcia. *El "capitalismo andino-amazónico"*. Disponível em: <http://www.lemondediplomatique.cl/El-capitalismo-andino-amazonico.html> Acesso: Fev/2006.

Bibliografia

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento da Cepal**. São Paulo-Rio de Janeiro, Record, 2000.
- BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires, Clacso, 2004.
- Celso FURTADO. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento, Desenvolvimento e subdesenvolvimento (1961)**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FERREIRA, Jorge. **O populismo e a sua história**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- STEFFAN, Heinz Dieterich. *El Socialismo de siglo XXI*. IN: <http://www.esnips.com/doc/8df3bef9-1ed2-480a-a713-641219cfe46d/Heinz-Dieterich-Steffan---El-Socialismo-Del-Siglo-XXI> acessado em 25.07.2008.

V Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata 24, 25 y 26 de noviembre de 2010

en el año del Bicentenario de la Patria y del Vigésimo aniversario del IRI

Octava Jornada de Medio Oriente

- TROUDI, Haiman. Nos invitaron a debatir sobre el Socialismo del siglo XXI, debate 3: preguntas y respuestas acerca del Socialismo del Siglo XXI. Caracas, 2006. p. 11. Disponible em:
http://www.haiman.com.ve/Archivos/Debate%203%20Preguntas%20y%20respuestas%20acerca%20del%20Socialismo%20del%20Siglo%20XXI%20_Haiman%20El%20Troudi_.pdf. Acceso 16 Jul. 2007.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025**. p. 53-77. IN: IN: SADER, Emir e DOS SANTOS, Theotonio (org). **A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados à Ruy Mauro Marini**. Boitempo/PUC-RJ, 2009.